

## RISCOS AMBIENTAIS: PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EM UNIDADE DE SAÚDE DE ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA

Lucas Lima dos Santos\*; Silvia Helena Tognoli\*\*; Angela Aparecida Costa\*\*\*; Cibele Correa Semeão Binotto\*\*\*\*; Juice Ishie Macedo\*\*\*\*\*; Tatiane Bonametti Veiga\*\*\*\*\*; Aline Natália Domingues\*\*\*\*\*; Adriana Aparecida Mendes\*\*\*\*\*

\*\* Graduação em enfermagem Universidade de Araraquara UNIARA.

\*\* Doutoranda do Programa de Enfermagem Fundamental da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

\*\*\* Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo.

\*\*\*\* Doutoranda do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de São Carlos.

\*\*\*\*\* Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais.

\*\*\*\*\* Doutorado em Ciências pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

\*\*\*\*\* Doutoranda pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

\*\*\*\*\* Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem em Saúde Pública pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

\*Autor para correspondência e-mail: [adrianaapmendes@yahoo.com.br](mailto:adrianaapmendes@yahoo.com.br)

### PALAVRAS-CHAVE

Enfermagem  
Riscos Ambientais  
Saúde do Trabalhador

### KEYWORDS

Nursing  
Environmental Risks  
Occupational Health

### RESUMO

O objetivo desse estudo foi identificar as percepções dos profissionais de enfermagem de uma unidade de saúde básica e especializada sobre riscos ambientais relacionados ao ambiente de trabalho. Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter exploratório e descritivo de abordagem quantitativa. Para a coleta de dados foi utilizado um roteiro com questões estruturadas e semiestruturadas para os profissionais de enfermagem, no qual participaram do estudo 21 profissionais. Os resultados obtidos foram agrupados e avaliados por meio da estatística descritiva, que revelaram segundo relato dos profissionais que há diferentes tipos de riscos no ambiente laboral investigado, sejam biológicos, químicos, físicos e ergonômicos que podem interferir no desempenho do profissional em suas práticas assistenciais cotidianas. Conclui-se que a atenção e percepção desses profissionais voltou-se para o risco biológico. Destaca-se que é fundamental que os profissionais atuantes na unidade sejam treinados continuamente com a finalidade de reduzir a exposição aos riscos presentes no ambiente de trabalho.

### ENVIRONMENTAL RISKS: PERCEPTION OF NURSING CREW IN A BASIC HEALTH AND SPECIALIZED CARE UNIT

This study aimed to identify the perceptions of nursing professionals working in a basic and specialized health care about environmental risks related to the workplace. This is an exploratory, descriptive and field research with quantitative approach. For data collection, a script with structured and semi-structured questions was used for nursing professionals, in which 21 professionals participated. The results were grouped and evaluated using descriptive statistics, which showed, according to the report of professionals, that there are many different types of risks in the investigated workplace, such as biological, chemical, physical and ergonomic, which may interfere with the performance of professionals in their daily care practices. It was concluded that these professionals' attention and perception turned to biological risk. It is worth to note that it is extremely important that the first responders receive continuous training in order to reduce the exposure to the risks that are present in the workplace.

Recebido em: 10/04/2020

Aprovação final em: 22/06/2020

DOI: [doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2020.v23i2Supl..766](https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2020.v23i2Supl..766)

## INTRODUÇÃO

Nos dias atuais o cenário de degradação ambiental corresponde a uma preocupação da sociedade, destacando-se entre as agendas internacionais a problemática ambiental, considerado um tema complexo, com foco na preservação da humanidade, sendo responsável por reflexões sobre formas de intervir nesse cenário. Pontua-se que, inicialmente, a preocupação do homem estava centrada em extrair do ambiente todos os elementos necessários para a sua sobrevivência, não sendo foco a preocupação em atuar de forma sustentável (ATTANASIO JUNIOR, 2012).

Porém, destaca-se que na área da saúde as questões ambientais estão assumindo posição diferenciada, pois, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, o conceito de saúde não é apenas a ausência de doenças, mas uma condição de bem-estar físico, social e mental (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1946). Pontua-se que os fatores ambientais assumiram importante posição no processo saúde-doença, considerando as diferentes situações de riscos de exposição da população.

No Brasil, a Lei nº 8.080/90, que define as diretrizes do Sistema Único de Saúde, também relaciona a saúde com as questões ambientais, pois, em seu artigo 3º, a referência de saúde é citada como consequência da integração de múltiplos fatores destacados como necessários e essenciais, tais como moradia, alimentação, saneamento básico disponível, trabalho, educação, lazer e meio ambiente, entre outros serviços (BRASIL, 1990).

Entretanto, no Brasil ainda não há uma política voltada para a Saúde Ambiental, sendo somente disponível um documento com subsídios elaborados para a construção da Política Nacional de Saúde Ambiental no país (BRASIL, 2007).

Destaca-se que nesse documento o objetivo proposto é promover e proteger a saúde humana, assim como contribuir para a proteção do meio ambiente em conjunto com as esferas de governo e outros representantes da sociedade, com a finalidade de intervir, por meio de ações, nos possíveis agravos à saúde humana relacionados a fatores ambientais, com foco na qualidade de vida das pessoas e na sustentabilidade (BRASIL, 2007).

Pontua-se que situações de exposição de pessoas a risco podem estar presentes em diferentes locais, ou seja, no domicílio, nos espaços de lazer, assim como na rotina do ambiente laboral nas áreas diversas do conhecimento.

Ressalta-se que entre os locais de trabalho, nos estabelecimentos de assistência à saúde, os profissionais que compõem as equipes de trabalho cotidianamente estão expostos a riscos ocupacionais (TAKEDA, 2002; ZAPPAROLI, 2005; SOERENSEN et al., 2008; MARZIALE et al., 2013).

Considerando os níveis de atendimento à saúde das pessoas, destaca-se a Atenção Primária em Saúde, definida como o primeiro nível de atenção, sendo responsável por amplas ações no contexto individual e coletivo com vistas à promoção, prevenção de possíveis agravos à saúde, além de proporcionar tratamento, reabilitação e a manutenção da saúde, das pessoas (BRASIL, 2011).

Enfatiza-se que a promoção da saúde em benefício a qualidade de vida é abrangente, e se estende à saúde do trabalhador. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora atua para o desenvolvimento de estratégias voltadas para a atenção integral da saúde do trabalhador com referência nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, visando minimizar a morbimortalidade resultante dos padrões de desenvolvimento, assim como dos processos produtivos. Pontua-se que uma atenção diferenciada é direcionada para profissionais atuantes em atividades classificadas com elevado risco para à saúde (BRASIL, 2012).

Na área da saúde, ressalta-se que entre os tipos de riscos, os biológicos estão representados pelo contato com possíveis microrganismos presentes nos fluidos corpóreos; físicos, associados à exposição às radiações ionizantes ou não ionizantes; ruídos, luminosidades e temperaturas não compatíveis; e, riscos químicos,

que ocorrem no momento da manipulação de medicamentos e exposição a outros produtos químicos presentes no ambiente. Os riscos psicossociais também devem ser considerados, pois estão relacionados a situações de estresse e riscos ergonômicos associados a possíveis posturas inadequadas durante as práticas assistenciais (BRASIL, 1978; 1994; TAKEDA, 2002; ZAPPAROLI, 2005; SOERENSEN et al., 2008).

Considerando os riscos no ambiente de trabalho, a Norma Regulamentadora NR 9, que instituiu o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), determina que todos os serviços que contratam trabalhadores têm a obrigação de colocar em prática esse programa com a finalidade de preservar a saúde dos trabalhadores por meio da identificação prévia e controle dos possíveis riscos ambientais identificados no local de trabalho, com atenção também para a proteção e preservação do meio ambiente (BRASIL, 2014).

De acordo com a NR 9 são classificados como riscos ambientais todos os agentes biológicos: representados pelos fungos, bactérias, parasitas, protozoários, bacilos e vírus; físicos: tais como ruídos, vibrações, radiações ionizantes e não ionizantes, ultrassom, pressões e temperaturas que excedam o padrão de normalidade; e, químicos: substâncias presentes no ambiente de trabalho e que de acordo com suas características e especificidades possam causar algum tipo de prejuízo à saúde do trabalhador, entre elas poeira, fumo, névoa, neblina, gases e vapores inalados (BRASIL, 2014).

Segundo a Norma Regulamentadora NR 7, pontua-se que o empregador tem a responsabilidade de instituir a prática das ações do PPRA em todos os espaços do ambiente de trabalho, com a efetiva participação dos trabalhadores, considerando as necessidades de controle segundo os tipos de riscos identificados. O PPRA deve estar inserido no conjunto de ações da instituição com a finalidade de manutenção e preservação da saúde dos trabalhadores em de acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (BRASIL, 2013; 2014).

Considerando a importância da prevenção e manutenção da saúde do trabalhador no ambiente laboral faz necessário destacar que o ambiente pode contribuir para ocorrências e prejuízos à saúde do trabalhador, resultando em ausência no local de trabalho com reflexos no fluxo de atendimento e cuidado ao paciente, sendo assim, é relevante o conhecimento e a identificação sobre a presença desses riscos no ambiente laboral para a elaboração e implementação de propostas com a finalidade de minimizar riscos identificados.

Assim, o objetivo desse estudo foi identificar as percepções dos profissionais de enfermagem de uma unidade de saúde básica e especializada sobre riscos ambientais relacionados ao ambiente de trabalho.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter exploratório e descritivo utilizando-se de uma abordagem quantitativa.

Esta pesquisa foi realizada em uma unidade de saúde de atenção básica e especializada localizada no estado de São Paulo, que desenvolve atividades de atendimento com diversidade de especialidades médicas, coleta de exames laboratoriais, administração de vacinas, distribuição de medicamentos preconizados pelo Ministério da Saúde, atendimento de pacientes em domicílio por equipe multiprofissional especializada e práticas educativas direcionadas para a população.

Foram convidados para participar desta pesquisa todos os profissionais de enfermagem da unidade selecionada, sendo que aqueles que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme determina a Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012), após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, com parecer favorável nº 1.228.176.

Para a coleta dos dados foi utilizado um instrumento elaborado com itens destinados a caracterização sociodemográfica dos participantes e também com três questões semiestruturadas sobre riscos no ambiente de trabalho utilizando-se como referência para a elaboração a NR 9 (BRASIL, 2014).

A coleta dos dados no serviço selecionado foi desenvolvida nos meses de setembro a outubro de 2015, em local reservado, data e horário previamente agendado pelo enfermeiro responsável, sendo que a aplicação do instrumento e registro das informações obtidas foram realizados pelo pesquisador.

Os dados obtidos foram organizados, digitados e agrupados em categorias, possibilitando a partir das informações coletadas a construção de diferentes índices numéricos.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 21 profissionais de enfermagem, sendo 60% (13) técnicos de enfermagem, 25% (5) enfermeiros e 15% (3) auxiliares de enfermagem atuantes no serviço selecionado. Quanto ao tempo na função 38% (11-20 anos), 31% (21-30 anos), 21% (31-41 anos) e 10% (01-10 anos). O tempo médio para cada entrevista foi de 10 minutos.

Em relação a faixa etária dos participantes, observou-se a prevalência de 38% (51- 60 anos), 29% (31- 40 anos), 19% (41-50 anos) e 14% (61-70 anos). No que se refere a formação 48% (10) são enfermeiros, 40% (08) técnicos de enfermagem, 8% (02) auxiliares de enfermagem e 4% (01) com formação em pedagogia.

Quando questionados sobre risco 100% (21) dos participantes informaram ciência e citaram exemplos, com destaque para riscos químicos 26% (10), ergonômicos 24% (9) e psicológicos 18% (7) (Tabela 1).

**Tabela 1** – Definição de risco segundo relato dos profissionais de enfermagem de uma unidade de saúde básica e especializada no interior do estado de São Paulo, 2015.

<b>Riscos</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
Biológicos	03	08
Físicos	02	05
Químicos	10	26
Riscos de acidentes	02	05
Ergonômicos	09	24
Psicológicos	07	18
EPI inadequados	01	03
Poluição ambiental	02	05
Exposição a agrotóxicos	01	03
Coleta de lixo inadequada	01	03
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaboração do próprio autor, 2015.

\*O 'n' = variável para cada categoria de resposta

Quanto a exposição em seu ambiente de trabalho 100% (21) dos profissionais considera possível a existência de algum tipo de risco.

Estudo de revisão integrativa realizado por Silva et al (2017a) com o objetivo de analisar a literatura nacional e internacional sobre quais são os riscos ocupacionais aos quais os trabalhadores de enfermagem estão expostos em UTI obtiveram resultados que apontam diversidade de riscos para a equipe de

enfermagem atuante. Esses riscos; porém, nem sempre são visíveis, podendo ser do tipo físico, químico, ergonômico e também biológico, com possibilidade de comprometimento da saúde dos trabalhadores. Os autores ainda destacam que estes podem ser minimizados por meio do uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual.

Destaca-se que em todo tipo de serviço, o trabalho é considerado uma atividade de relevância social com influência direta nas condições de vida das pessoas, com resultados positivos em situações que atendem as necessidades humanas básicas. Entretanto, no que se refere as atividades laborais o trabalhador se expõe a riscos presentes no ambiente em que realizada suas tarefas cotidianas (CANINI et al., 2002; ZAPPAROLI, 2005).

Estudo desenvolvido por Silva et al (2017b) em uma Unidade Básica de Saúde no município de Fortaleza/Ceará com a finalidade de realizar a avaliação dos riscos ocupacionais segundo profissionais de saúde, o qual revelou a exposição desses a diferentes tipos de riscos ocupacionais, sendo necessário informá-los sobre essa situação com a finalidade de contribuírem para a própria promoção da saúde e prevenção de doenças.

É possível identificar que entre os profissionais entrevistados há olhar ampliado para definição de risco no ambiente de trabalho, pois também mencionaram biológicos e ergonômicos, citando a coleta de resíduos como possíveis riscos para a saúde do trabalhador, fato que sugere discussões aprofundadas sobre esses apontamentos como forma de esclarecimentos para os profissionais envolvidos, minimizando esses tipos de exposições.

Outro aspecto abordado foi sobre a exposição a riscos no local de trabalho, sendo que 100% (21) dos participantes consideram que existe algum tipo de risco para sua saúde, com destaque para o biológico apontado por 28% (12) e 12% (5) riscos químicos evidenciando soluções utilizadas no processo de desinfecção e esterilização de materiais usados na unidade (Tabela 2).

**Tabela 2** - Tipos de riscos no ambiente de trabalho segundo relato dos profissionais de enfermagem de uma unidade de saúde básica e especializada no interior do estado de São Paulo, 2015.

<b>Riscos</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
Agentes Biológicos	12	28
Agentes físicos	04	09
Agentes químicos	05	12
Risco ergonômico	04	09
Risco psicológico	02	05
Agressão verbal	01	02
Materiais contaminados	04	09
Uso de EPIs inadequados	02	05
Agressão física	03	07
Outros	06	14
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaboração do próprio autor, 2015.

\*O 'n' = variável para cada categoria de resposta.

Os riscos ocupacionais são compreendidos como uma ruptura de um elo entre o trabalhador e os processos de trabalho, assim como de produção, envolvendo situações que podem gerar prejuízos à saúde do trabalhador em seu ambiente de trabalho e também à comunidade, comprometendo a produtividade e qualidade da assistência prestada (TAKEDA, 2002; SOERENSEN et al., 2008).

Estudo realizado por Souza et al (2014) em uma unidade ambulatorial do Rio de Janeiro com o objetivo de identificar os riscos ocupacionais que envolvem o trabalho e analisar os impactos desses riscos na saúde-doença dos trabalhadores evidenciou, por meio do relato dos profissionais da saúde, que os mesmos avaliam de forma crítica o processo de trabalho em que estão envolvidos, a partir do reconhecimento de que estão inseridos em ambiente com grau de exposição a risco ocupacional elevado. Porém, esse reconhecimento apresenta-se de forma diferente entre as categorias profissionais com referência na especificidade individual. Entretanto, foi observado que todas as categorias profissionais tem informação sobre a existência de riscos químicos, físicos, ergonômicos e biológicos, sendo também citados os psicossociais relacionados as condições do trabalho refletindo com resultados negativos para a saúde do trabalhador.

Destaca-se que as informações obtidas neste estudo sinalizam que os profissionais de enfermagem têm ciência que estão inseridos em um ambiente com diversidade de riscos durante as práticas laborais. Entre as situações de risco 74,4% (15) citaram os físicos, entre eles 57,1% (12) informaram ruídos e 52,4% (11) vibrações; porém, 28,6% (6) não fizeram referência.

Ressalta-se que neste estudo os profissionais informaram que ruídos resultantes da movimentação na área externa do serviço associados aos ruídos internos provenientes de equipamentos interferem na rotina de trabalho, pois dificultam o processo de comunicação com os pacientes gerando desconforto para o profissional, sendo notória a preocupação com as condições no ambiente de trabalho que podem interferir no cuidado direto ao paciente.

Estudo realizado por Leitão, Fernandes e Ramos (2008), descreve que os ruídos podem levar a agravos e comprometimentos físicos, sociais e mentais de indivíduos que são expostos. Considera-se que a perda auditiva é considerada mais frequente entre profissionais que trabalham em ambientes com ruídos, de tom alto, baixo e frequente. Reforça que esses trabalhadores não percebem o agravo primário, sendo prejudicados em sua vida social, laboral e familiar.

O ruído pode prejudicar a fala e comunicação entre profissionais e pacientes, podendo ocorrer erros de comunicação e prejuízos à saúde do paciente. Outro fator relevante é a possibilidade dos profissionais apresentarem modificações no padrão de sono e repouso, ou alterações psicológicas associadas a exposição frequente a esses ambientes (LEITÃO; FERNANDES; RAMOS, 2008).

Ressalta-se que na unidade de saúde pesquisada, a jornada de trabalho diária prevista para os profissionais de enfermagem corresponde a 8 horas com intervalo livre para almoço de 2 horas. Segundo o Ministério do Trabalho a Norma Regulamentadora NR15 estabelece que ambientes de trabalho com períodos de 6 horas diárias têm como aceitável ruído máximo de 87 decibéis (BRASIL, 2014).

Quanto a ventilação, no local do estudo foi identificado que é natural, com exceção de alguns ambientes, tais como a sala de imunobiológicos, em que há necessidade de manter temperatura diferenciada por meio de ventilação artificial. As respostas dos profissionais remetem a descrição de uma estrutura com arquitetura histórica referenciada nos padrões da época de construção, fato que pode favorecer um ambiente com ventilação reduzida. Ainda, o relato de um profissional destaca para o desconforto em relação a fumaça e poeira provenientes do ambiente externo. De acordo com o Ministério da Saúde as unidades de saúde devem manter ventilação adequada no ambiente utilizando-se de janelas ou outro tipo de ventilação (BRASIL, 2008).

Quando questionados sobre a exposição aos riscos químicos, 71,4% (15) consideraram presentes no ambiente de trabalho e 28,6% (6) responderam negativamente. Segundo resultados de estudo realizado

por Sulzbacher e Fontana (2013), com o objetivo de identificar como os profissionais de enfermagem percebem os riscos físicos e químicos presentes no ambiente de trabalho em unidade hospitalar no estado do Rio Grande do Sul evidenciaram que os riscos químicos, assim como os físicos, ainda não são considerados por esses profissionais, sendo apontada como estratégia para atualização desses tipos de riscos a educação permanente.

De acordo com os dados da tabela 3, a exposição a substâncias químicas no ambiente interno da unidade de saúde foi citada por 43% (6) dos trabalhadores e outro tipo de exposição mencionada por 22% (3) dos participantes foi a poeira.

**Tabela 3** – Tipos de exposição segundo relato dos profissionais de enfermagem de uma unidade de saúde básica e especializada no interior do estado de São Paulo, 2015.

Riscos	F	%
Poeiras	03	22
Névoas	01	07
Vapores	01	07
Fumos	01	07
Substâncias químicas	06	43
Gases	00	00
Outros	02	14
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaboração do autor (2015)

\*O 'n' = variável para cada categoria de resposta

Ainda, em relação a produtos químicos, neste estudo 14% (2) dos profissionais entrevistados, relataram que utilizam produtos químicos com ação bactericida, fungicida, virucida e esporicida no processo de limpeza de materiais utilizados em procedimentos não invasivos. Por outro lado, esses participantes afirmaram que a necessidade de manuseio e contato direto com essas substâncias são mínimas. De acordo com a Norma Regulamentadora NR 32, que visa a segurança e saúde do trabalhador em serviços de saúde, para os profissionais que manuseiam produtos químicos se faz necessário treinamento prévio com a finalidade de minimizar possíveis riscos de exposição a própria saúde e ao ambiente (BRASIL, 2005).

Quanto a exposição a agentes biológicos, 100% (21) dos profissionais afirmaram essa possibilidade, sendo apontados como agentes contaminantes 100% (21) vírus e 100% (21) bactérias presentes no ambiente. Estudo descritivo abordando profissionais de saúde em uma cidade do Rio de Janeiro sobre acidentes com materiais biológicos, obteve-se que 29% desses profissionais são expostos a vírus, 23% a bactérias, 1% a fungos e 25% a outros tipos de agentes biológicos (SILVA et al, 2012c).

Ainda, em outro estudo de revisão integrativa realizado por Amaro Junior et al (2015) com a finalidade de verificar as situações que predispõem a ocorrência de acidentes com material biológico entre os profissionais de enfermagem, os resultados evidenciaram que essa categoria encontra-se em uma situação de elevada exposição a agentes biológicos contaminantes em função das práticas assistenciais cotidianas

que os colocam em contato direto com o paciente, fato que fortalece o potencial risco de adquirir doenças resultantes desse tipo de exposição.

Outro tipo de risco apontado pelos participantes desse estudo foi o ergonômico, sendo que 100% (21) consideram presente no ambiente de trabalho. Entre as respostas 25% (13) destes trabalhadores afirmaram a postura inadequada como causa relevante para o fator ergonômico.

Segundo estudo realizado por Oliveira et al (2014) com a finalidade de analisar os riscos ergonômicos que enfermeiros de áreas críticas do ambiente hospitalar estão expostos, assim como os possíveis fatores de riscos relacionados, revelaram que os riscos ergonômicos estão associados as características do ambiente de trabalho, assim como o período de tempo que permanecem em exposição aos agentes responsáveis por ocasionar doenças ocupacionais. Nesse mesmo estudo destacaram a presença de riscos ergonômicos associados ao esforço físico, adoção e repetição de postura não recomendada e também manuseio de peso.

Pontua-se que atividades desenvolvidas na rotina de trabalho dos profissionais de saúde em algumas situações favorece a permanência do trabalhador em uma mesma posição, seja ortostática ou sentada, fato que poderá gerar queixas álgicas em regiões e pontos anatômicos distintos.

No que se refere a possibilidade de acidentes no ambiente de trabalho, foram encontradas respostas afirmativas de 42,9% (9) dos profissionais; porém 57,1% (12) não consideram esse tipo de risco.

O risco de queda também foi citado pelos participantes em situação de ausência de sinalização no ambiente quando ocorre a higienização do piso realizada pelo serviço de higiene e limpeza. Destaca-se que riscos ocupacionais podem ser minimizados se práticas seguras relacionadas a higiene e segurança no trabalho forem adotadas e implementadas (VIEIRA; PADILHA; PINHEIRO, 2011).

Em outra questão foi solicitado aos participantes que informassem se consideram situações de exposição a outros tipos de riscos no ambiente de trabalho, sendo apontado por 60% (6) dos profissionais agressões físicas e 50% (5) mencionaram agressões verbais.

De acordo com estudo realizado por Martins et al (2014) com objetivo de conhecer os riscos presentes no trabalho dos profissionais de enfermagem e as medidas de autoproteção utilizadas por essa categoria em um Pronto Socorro de hospital universitário na cidade de Londrina/Paraná, revelaram que esses profissionais reconhecem a exposição a riscos no ambiente de trabalho em suas práticas assistenciais ao paciente, assim como aos materiais classificados como contaminados e perfurocortantes. Os participantes destacaram as limitações em relação aos recursos humanos e equipamentos escassos, sendo que as agressões físicas e verbais também foram citadas por esses profissionais. Ainda, mencionaram que o estresse apesar de subjetivo os coloca em situação de exposição a riscos.

Frente as respostas obtidas neste estudo se observa que no ambiente laboral os profissionais de enfermagem estão expostos a intercorrências no que se refere a própria segurança, pois é necessário considerar que as características do serviço que atende pessoas em diferentes condições de saúde as colocam em situação de estresse e exposição a risco.

Considera-se que os diagnósticos precoces de riscos ocupacionais são essenciais para reduzir agravos à saúde do trabalhador. Destaca-se que estratégias e trabalhos devem ser desenvolvidos para minimizar possíveis agravos e instituir medidas de segurança que possam contribuir para conscientização e educação de profissionais da saúde (CHIODI; MARZIALE, 2006).

## CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo revelaram que os profissionais de enfermagem reconhecem que no ambiente de trabalho há diferentes tipos de riscos que foram apontados, com destaque para exposição a vírus, bactérias e bacilos. Também compreendem que práticas seguras são suficientes para minimizar exposição aos riscos.



Dessa forma, é fundamental que os profissionais atuantes nesse tipo de unidade sejam treinados continuamente com a finalidade de reduzir a exposição aos riscos presentes no ambiente de trabalho.

Considerando o reduzido número de estudos nesse tipo de serviço, sugere-se outras pesquisas que abordem essa temática com possíveis intervenções educativas para melhor esclarecimento dos profissionais de enfermagem sobre os riscos ambientais no local de trabalho, minimizando exposições desnecessárias.

## REFERÊNCIAS

- AMARO JÚNIOR, A. S. et al. Risco biológico no contexto da prática de enfermagem: uma análise de situações favorecedoras. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, v.5, n.1, p.42-46, 2015.
- ATTANASIO JUNIOR, M. R. **Teoria crítica e direito ambiental**. 2012. 152 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 3.214**, 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR- do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 de julho de 1978.
- BRASIL. **Lei nº 8.080/90**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Legislação. Normas Regulamentadoras. **NR32-** Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde. [Internet]. Portaria n. 485, de 11 de novembro de 2005. Portaria n. 939, de 18 de novembro de 2008; Portaria n. 1.748, de 30 de agosto de 2011; Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR32.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007 (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.488**, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de outubro de 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.823**, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de agosto de 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 1.892**, de 09 de dezembro de 2013. Aprova o texto da Norma Regulamentadora nº 7 do Ministério do Trabalho e Emprego. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de dezembro de 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 1.297** de 13 de agosto de 2014. Aprova o texto

da Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho e emprego. Diário oficial da união, Brasília, DF, 14 de agosto de 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 1471**, de 24 de setembro de 2014. Aprova o texto da Norma Regulamentadora nº 9 do Ministério do Trabalho e Emprego. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de setembro de 2014.

CANINI, S.R.M.S. et al. Acidentes perfurocortantes entre trabalhadores de enfermagem de um hospital universitário do interior paulista. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 10, p. 172-178, 2002.

CHIODI, M. B.; MARZIALE, M.E.P. Riscos ocupacionais para trabalhadores de unidades básicas de saúde: Revisão bibliográfica. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 212-217, 2006.

LEITÃO, I.M.T.A.; FERNANDES, A.L. RAMOS, I.C. Saúde ocupacional: Analisando os riscos relacionados à equipe de enfermagem numa unidade de terapia intensiva. Fortaleza-se. **Ciência Cuidado e Saúde**, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4025/ciencucuidsaude.v7i4.6630>

MARTINS, J.T. et al. Riscos ocupacionais e autoproteção em emergência. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, p.334-340, 2014. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/13690/10480> > Acesso em: 20 maio 2020.

MARZIALE, M. H. P. et al. Influência organizacional na ocorrência de acidentes de trabalho com exposição a material biológico. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 21, n. especial, p. 199-206, 2013.

OLIVEIRA, L. B. et al. Saúde e segurança do enfermeiro: Riscos ergonômicos nos setores críticos do ambiente hospitalar. **Revista Enfermagem UFPE online**, Recife, v.8, n.8, p.2633-7, ago., 2014.

SILVA, G.S. et al. Conhecimento e utilização de medidas de precaução padrão por profissionais de saúde. **Revista de Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 103-110, 2012c.

SILVA, R.S.S. et al. Riscos ocupacionais entre trabalhadores de enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. v. 15, n.3, p.267-75, 2017a. DOI: 10.5327/Z1679443520170027

SILVA, K. O. et.al. Avaliação dos riscos ocupacionais em unidade básica de saúde. **Revista Extensão em Ação**, Fortaleza, v.2, n.14, p. 81-93, 2017b.

SOERENSEN, A. A. et al. Atendimento Pré-Hospitalar Móvel: Fatores de Riscos Ocupacionais. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 187-192, 2008.

SOUZA, N.V.D. O. Riscos ocupacionais e agravos à saúde dos trabalhadores em uma unidade ambulatorial especializada. **Revista Mineira de Enfermagem**, v.18, n.4, p.923-930, 2014. DOI: <http://www.dx.doi>

org/10.5935/1415-2762.20140068

SULZBACHER, E.; FONTANA, R.T. Concepções da equipe de enfermagem sobre a exposição a riscos físicos e químicos no ambiente hospitalar. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.66, n.1, p. 25-30, 2013.

TAKEDA, E. **Riscos ocupacionais, acidentes de trabalho e morbidade entre motoristas de uma central de ambulâncias do estado de São Paulo**. 2002. 177 f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

VIEIRA, M.; PADILHA, M. I.; PINHEIRO, R. D. C. Análise dos acidentes com material biológico em trabalhadores da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 332-339, 2011.

WILKINSON, J. M. LEUVEN, K. V. **Fundamentos de Enfermagem: Pensando e fazendo**. Volume 2. São Paulo: Editora Roca, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO definition of health**. 1946. Disponível em: <<http://www.who.int/about/definition/en/print.html>>. Acesso em: 17 maio 2015.

ZAPPAROLI, A. S. **Promoção da saúde do trabalhador de enfermagem: análise da prática segura do uso de luvas na punção venosa periférica**. 2005. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.